

1011 1011

PROTOCOLO

Considerando que:

Os julgados de paz constituem uma forma inovadora de administração da Justiça dirigida aos Cidadãos e, nessa medida, subordinada aos princípios de proximidade, simplicidade e celeridade, em que se reforça a tutela efectiva dos direitos e garantias processuais;

Os julgados de paz estão vocacionados para a participação cívica e responsabilização das partes na superação dos conflitos em que intervêm, uma vez que estas podem optar pela mediação – meio não adversarial de resolução de litígios – ou pelo julgamento pelo juiz de paz, privilegiando-se, em qualquer dos casos, a consensualidade, contribuindo-se, desta feita, decisivamente, para a almejada pacificação social;

As assinaladas características inerentes aos julgados de paz e o desenvolvimento da sua actividade assentam na estreita colaboração entre o Ministério da Justiça e o Poder Local, da qual resulta a convergência entre, respectivamente, o dever de administrar a justiça e o de interpretar e acorrer às necessidades e aspirações dos Municípios;

Os julgados de paz enquadram-se, pelas razões assinaladas, no programa do XVII Governo Constitucional, nomeadamente na política desenvolvida pelo Ministério da Justiça, no sentido de promover o acesso ao Direito e alargar a oferta do sistema de justiça a novos meios de resolução alternativa de litígios, permitindo a resolução de conflitos de forma mais célere e económica para as partes do que através da via judicial, e em simultâneo promover a desjudicialização e consequentemente o descongestionamento dos Tribunais;

Da última avaliação efectuada, relativamente ao funcionamento dos julgados de paz existentes, concluiu-se que estes são eficientes e eficazes, recomendando-se o desenvolvimento e reforço da rede dos julgados de paz com vista ao seu alargamento a todo o território nacional;

sm my.

Das conclusões apresentadas, deliberou o Conselho de Ministros através da Resolução do Conselho de Ministros nº 172/2007, criar quatro novos julgados de paz em 2007 e quatro julgados de paz em 2008;

A iniciativa e a vontade manifestada pelo Município de Aljustrel em dispor de um julgado de paz, inserido no agrupamento de concelhos de Aljustrel, Ourique, Mértola, Castro Verde e Almodôvar;

O Ministério da Justiça, representado pelo Ministro da Justiça, Alberto Costa e o Município de Aljustrel, representado pelo seu Presidente, José Godinho, celebram o presente Protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

O presente Protocolo tem por objecto regular a instalação, organização e funcionamento do julgado de paz de Aljustrel, inserido no agrupamento de concelhos de Aljustrel, Ourique, Mértola, Castro Verde e Almodôvar, que abrange todas as freguesias do concelho, o qual ficará localizado na Vila de Aljustrel, em instalações que serão facultadas, para o efeito, pelo Município.

SEGUNDA

Ao Ministério da Justiça, através do Gabinete de Resolução Alternativa de Litígios, compete:

- a) Proceder ao acompanhamento da instalação e funcionamento do julgado de paz;
- b) Promover a formação dos meios humanos que integram os serviços de atendimento e de apoio administrativo do julgado de paz;
- c) Suportar os encargos relativos à remuneração dos juizes de paz e deslocações em serviço;
- d) Elaborar e actualizar, nos termos da lei, a lista dos mediadores que prestam serviço no julgado de paz;
- e) Suportar os encargos decorrentes da actividade dos mediadores;
- f) Proceder ao acompanhamento pós formativo dos meios humanos;
- g) Instalar o sistema informático que permita a gestão integrada do julgado de paz;

- h) Proceder à divulgação do julgado de paz.

su *om*

TERCEIRA

Compete ao Município de Aljustrel:

- a) Disponibilizar as respectivas instalações, compreendendo designadamente:
- Gabinete do juiz de paz;
 - Sala de audiência de julgamento;
 - Sala de pré-mediação de mediação;
 - Sala de espera e testemunhas;
 - Sala de atendimento e apoio administrativo.
- b) Realizar e suportar os encargos com a execução das obras destas instalações, dotando-as de dignidade, privacidade, climatização e insonorização, consentâneas com a utilização que delas é feita;
- c) Dotar as instalações de mobiliário e equipamentos, incluindo o informático, assegurando, ainda, a respectiva manutenção;
- d) Dotar as instalações com os meios de segurança adequados;
- e) Fornecer os bens consumíveis e documentação técnica necessária;
- f) Suportar os encargos do abastecimento de água, fornecimento de electricidade e, bem assim, as despesas de comunicação;
- g) Assegurar a manutenção e limpeza das instalações;
- h) Disponibilizar os meios humanos para os serviços de atendimento e de apoio administrativo e suportar os encargos inerentes à sua remuneração;
- i) Suportar os encargos com a aquisição de módulos ou passes de transportes públicos ou facultar o meio de transporte necessário, de forma a permitir a prática do acto de citação ou notificação pessoal das partes ou outras deslocações em serviço que se revelem necessárias;
- j) Apoiar a divulgação do julgado de paz.

QUARTA

Sem prejuízo de eventuais ajustamentos ditados pelas necessidades de funcionamento do julgado de paz, é este dotado de:

- a) Um (1) juiz de paz;
- b) Os mediadores que constam da lista a que se refere o n° 1 do artigo 33° da Lei n° 78/2001, de 13 de Julho;

- c) Um (1) elemento no serviço de atendimento;
- d) Um (1) elemento no serviço de apoio administrativo.

QUINTA

Horário de funcionamento e de atendimento do julgado de paz é das 9.00 horas às 12 horas e 30 minutos e das 13 horas e 30 minutos às 17 horas e 30 minutos, às terças-feiras.

SEXTA

- 1 – O presente Protocolo vigora pelo prazo de um ano a contar da data da sua assinatura, sendo susceptível de renovação automática por iguais períodos de tempo.
- 2 – As partes podem denunciar o presente Protocolo, desde que manifestem expressamente a sua vontade, por qualquer forma escrita, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data do seu termo.

SÉTIMA

O presente Protocolo pode ser objecto de revisão sempre que se verifiquem alterações de circunstâncias, imperiosas e fundamentadas, nomeadamente as decorrentes do efectivo funcionamento do julgado de paz e de orientações e recomendações acolhidas pelo Ministério da Justiça.

Feito em duplicado,

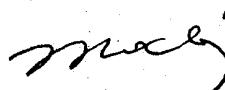
Lisboa, aos dezanove dias do mês de Dezembro de dois mil e sete.

PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



Alberto Costa
Ministro da Justiça

PELO MUNICÍPIO DE ALJUSTREL



José Godinho
Presidente da Câmara Municipal

PROTOCOLO

Considerando que:

Os julgados de paz constituem uma forma inovadora de administração da Justiça dirigida aos Cidadãos e, nessa medida, subordinada aos princípios de proximidade, simplicidade e celeridade, em que se reforça a tutela efectiva dos direitos e garantias processuais;

Os julgados de paz estão vocacionados para a participação cívica e responsabilização das partes na superação dos conflitos em que intervêm, uma vez que estas podem optar pela mediação – meio não adversarial de resolução de litígios – ou pelo julgamento pelo juiz de paz, privilegiando-se, em qualquer dos casos, a consensualidade, contribuindo-se, desta feita, decisivamente, para a almejada pacificação social;

As assinaladas características inerentes aos julgados de paz e o desenvolvimento da sua actividade assentam na estreita colaboração entre o Ministério da Justiça e o Poder Local, da qual resulta a convergência entre, respectivamente, o dever de administrar a justiça e o de interpretar e acorrer às necessidades e aspirações dos Municípios;

Os julgados de paz enquadram-se, pelas razões assinaladas, no programa do XVII Governo Constitucional, nomeadamente na política desenvolvida pelo Ministério da Justiça, no sentido de promover o acesso ao Direito e alargar a oferta do sistema de justiça a novos meios de resolução alternativa de litígios, permitindo a resolução de conflitos de forma mais célere e económica para as partes do que através da via judicial, e em simultâneo promover a desjudicialização e consequentemente o descongestionamento dos Tribunais;

Da última avaliação efectuada, relativamente ao funcionamento dos julgados de paz existentes, concluiu-se que estes são eficientes e eficazes, recomendando-se o desenvolvimento e reforço da rede dos julgados de paz com vista ao seu alargamento a todo o território nacional;

Das conclusões apresentadas, deliberou o Conselho de Ministros através da Resolução do Conselho de Ministros nº 172/2007, criar quatro novos julgados de paz em 2007 e quatro julgados de paz em 2008;

A iniciativa e a vontade manifestada pelo Município de Almodôvar em dispor de um julgado de paz, inserido no agrupamento de concelhos de Aljustrel, Ourique, Mértola, Castro Verde e Almodôvar;

O Ministério da Justiça, representado pelo Ministro da Justiça, Alberto Costa e o Município de Almodôvar, representado pelo seu Presidente, António Rosário Sebastião, celebram o presente Protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

O presente Protocolo tem por objecto regular a instalação, organização e funcionamento do julgado de paz de Almodôvar, inserido no agrupamento de concelhos de Aljustrel, Ourique, Mértola, Castro Verde e Almodôvar, que abrange todas as freguesias do concelho, o qual ficará localizado na Vila de Almodôvar, freguesia de Almodôvar, em instalações que serão facultadas, para o efeito, pelo Município.

SEGUNDA

Ao Ministério da Justiça, através do Gabinete de Resolução Alternativa de Litígios, compete:

- a) Proceder ao acompanhamento da instalação e funcionamento do julgado de paz;
- b) Promover a formação dos meios humanos que integram os serviços de atendimento e de apoio administrativo do julgado de paz;
- c) Suportar os encargos relativos à remuneração dos juizes de paz e deslocações em serviço;
- d) Elaborar e actualizar, nos termos da lei, a lista dos mediadores que prestam serviço no julgado de paz;
- e) Suportar os encargos decorrentes da actividade dos mediadores;
- f) Proceder ao acompanhamento pós formativo dos meios humanos;
- g) Instalar o sistema informático que permita a gestão integrada do julgado de paz;



- h) Proceder à divulgação do julgado de paz.

TERCEIRA

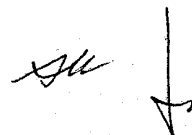
Compete ao Município de Almodôvar:

- a) Disponibilizar as respectivas instalações, compreendendo designadamente:
- Gabinete do juiz de paz;
 - Gabinete dos mediadores;
 - Sala de audiência de julgamento;
 - Sala de mediação e pré-mediação;
 - Sala de testemunhas e de espera;
 - Sala de apoio administrativo e de atendimento.
- b) Realizar e suportar os encargos com a execução das obras destas instalações, dotando-as de dignidade, privacidade, climatização e insonorização, consentâneas com a utilização que delas é feita;
- c) Dotar as instalações de mobiliário e equipamentos, incluindo o informático, assegurando, ainda, a respectiva manutenção;
- d) Dotar as instalações com os meios de segurança adequados;
- e) Fornecer os bens consumíveis e documentação técnica necessária;
- f) Suportar os encargos do abastecimento de água, fornecimento de electricidade e, bem assim, as despesas de comunicação;
- g) Assegurar a manutenção e limpeza das instalações;
- h) Disponibilizar os meios humanos para os serviços de atendimento e de apoio administrativo e suportar os encargos inerentes à sua remuneração;
- i) Suportar os encargos com a aquisição de módulos ou passes de transportes públicos ou facultar o meio de transporte necessário, de forma a permitir a prática do acto de citação ou notificação pessoal das partes ou outras deslocações em serviço que se revelem necessárias;
- j) Apoiar a divulgação do julgado de paz.

QUARTA

Sem prejuízo de eventuais ajustamentos ditados pelas necessidades de funcionamento do julgado de paz, é este dotado de:

- a) Um (1) juiz de paz;



- b) Os mediadores que constam da lista a que se refere o n° 1 do artigo 33° da Lei n° 78/2001, de 13 de Julho;
- c) Um (1) elemento no serviço de atendimento;
- d) Um (1) elemento no serviço de apoio administrativo.

QUINTA

- 1 – O horário de funcionamento do julgado de paz é das 9.00 horas 13 horas e das 14 horas às 17 horas, às segunda, quarta e quinta-feira.
- 2 – O horário de atendimento do julgado de paz é das 9.00 horas 13 horas e das 14 horas às 17 horas, às segunda e quinta-feira.

SEXTA

- 1 – O presente Protocolo vigora pelo prazo de um ano a contar da data da sua assinatura, sendo susceptível de renovação automática por iguais períodos de tempo.
- 2 – As partes podem denunciar o presente Protocolo, desde que manifestem expressamente a sua vontade, por qualquer forma escrita, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data do seu termo.

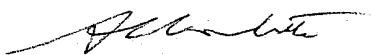
SÉTIMA

O presente Protocolo pode ser objecto de revisão sempre que se verifiquem alterações de circunstâncias, imperiosas e fundamentadas, nomeadamente as decorrentes do efectivo funcionamento do julgado de paz e de orientações e recomendações acolhidas pelo Ministério da Justiça.

Feito em duplicado,

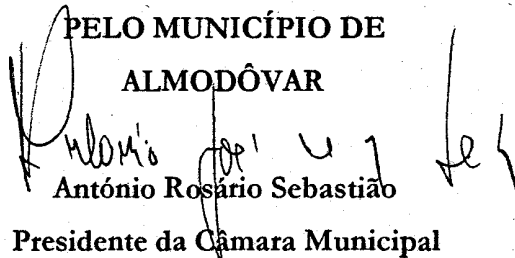
Lisboa, aos dezanove dias do mês de Dezembro de dois mil e sete.

PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



Alberto Costa
Ministro da Justiça

**PELO MUNICÍPIO DE
ALMODÓVAR**



António Rosário Sebastião
Presidente da Câmara Municipal

PROTOCOLO

Considerando que:

Os julgados de paz constituem uma forma inovadora de administração da Justiça dirigida aos Cidadãos e, nessa medida, subordinada aos princípios de proximidade, simplicidade e celeridade, em que se reforça a tutela efectiva dos direitos e garantias processuais;

Os julgados de paz estão vocacionados para a participação cívica e responsabilização das partes na superação dos conflitos em que intervêm, uma vez que estas podem optar pela mediação – meio não adversarial de resolução de litígios – ou pelo julgamento pelo juiz de paz, privilegiando-se, em qualquer dos casos, a consensualidade, contribuindo-se, desta feita, decisivamente, para a almejada pacificação social;

As assinaladas características inerentes aos julgados de paz e o desenvolvimento da sua actividade assentam na estreita colaboração entre o Ministério da Justiça e o Poder Local, da qual resulta a convergência entre, respectivamente, o dever de administrar a justiça e o de interpretar e acorrer às necessidades e aspirações dos Municípios;

Os julgados de paz enquadram-se, pelas razões assinaladas, no programa do XVII Governo Constitucional, nomeadamente na política desenvolvida pelo Ministério da Justiça, no sentido de promover o acesso ao Direito e alargar a oferta do sistema de justiça a novos meios de resolução alternativa de litígios, permitindo a resolução de conflitos de forma mais célere e económica para as partes do que através da via judicial, e em simultâneo promover a desjudicialização e consequentemente o descongestionamento dos Tribunais;

Da última avaliação efectuada, relativamente ao funcionamento dos julgados de paz existentes, concluiu-se que estes são eficientes e eficazes, recomendando-se o desenvolvimento e reforço da rede dos julgados de paz com vista ao seu alargamento a todo o território nacional;

Assm *L.*

Das conclusões apresentadas, deliberou o Conselho de Ministros através da Resolução do Conselho de Ministros nº 172/2007, criar quatro novos julgados de paz em 2007 e quatro julgados de paz em 2008;

A iniciativa e a vontade manifestada pelo Município de Castro Verde em dispor de um julgado de paz, inserido no agrupamento de concelhos de Aljustrel, Ourique, Mértola, Castro Verde e Almodôvar;

O Ministério da Justiça, representado pelo Ministro da Justiça, Alberto Costa e o Município de Castro Verde, representado pelo seu Presidente, Fernando Sousa Caeiros, celebram o presente Protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

O presente Protocolo tem por objecto regular a instalação, organização e funcionamento do julgado de paz de Castro Verde, inserido no agrupamento de concelhos de Aljustrel, Ourique, Mértola, Castro Verde e Almodôvar, que abrange todas as freguesias do concelho, o qual ficará localizado na Avenida General Humberto Delgado, 55, freguesia de Castro Verde, em instalações que serão facultadas, para o efeito, pelo Município.

SEGUNDA

Ao Ministério da Justiça, através do Gabinete de Resolução Alternativa de Litígios, compete:

- a) Proceder ao acompanhamento da instalação e funcionamento do julgado de paz;
- b) Promover a formação dos meios humanos que integram os serviços de atendimento e de apoio administrativo do julgado de paz;
- c) Suportar os encargos relativos à remuneração dos juízes de paz e deslocações em serviço;
- d) Elaborar e actualizar, nos termos da lei, a lista dos mediadores que prestam serviço no julgado de paz;
- e) Suportar os encargos decorrentes da actividade dos mediadores;
- f) Proceder ao acompanhamento pós formativo dos meios humanos;
- g) Instalar o sistema informático que permita a gestão integrada do julgado de paz;
- h) Proceder à divulgação do julgado de paz.

sem *L*

TERCEIRA

Compete ao Município de Castro Verde:

- a) Disponibilizar as respectivas instalações, compreendendo os espaços adequados ao seu funcionamento, designadamente:
 - Gabinete do juiz de paz;
 - Gabinete dos mediadores;
 - Sala de audiência de julgamento;
 - Sala de pré-mediação e de mediação;
 - Sala de espera e de testemunhas;
 - Sala de atendimento e de apoio administrativo.
- b) Realizar e suportar os encargos com a execução das obras destas instalações, dotando-as de dignidade, privacidade, climatização e insonorização, consentâneas com a utilização que delas é feita;
- c) Dotar as instalações de mobiliário e equipamentos, incluindo o informático, assegurando, ainda, a respectiva manutenção;
- d) Dotar as instalações com os meios de segurança adequados;
- e) Fornecer os bens consumíveis e documentação técnica necessária;
- f) Suportar os encargos do abastecimento de água, fornecimento de electricidade e, bem assim, as despesas de comunicação;
- g) Assegurar a manutenção e limpeza das instalações;
- h) Disponibilizar os meios humanos para os serviços de atendimento e de apoio administrativo e suportar os encargos inerentes à sua remuneração;
- i) Suportar os encargos com os transportes, de forma a permitir a prática do acto de citação ou notificação pessoal das partes ou outras deslocações em serviço que se revelem necessárias;
- j) Apoiar a divulgação do julgado de paz.

QUARTA

Sem prejuízo de eventuais ajustamentos ditados pelas necessidades de funcionamento do julgado de paz, é este dotado de:

- a) Um (1) juiz de paz;
- b) Os mediadores que constam da lista a que se refere o n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho;
- c) Um (1) elemento no serviço de atendimento;



- d) Um (1) elemento no serviço de apoio administrativo.

QUINTA

- 1 – O horário de funcionamento do julgado de paz é das 9.00 horas às 12 horas e 30 minutos e das 13 horas e 30 minutos às 17 horas e 30 minutos, de segunda a sexta-feira.
- 2 – O horário de atendimento do julgado de paz é das 9 horas e 30 minutos às 12 horas e 30 minutos e das 13 horas e 30 minutos às 17 horas, de segunda a sexta-feira.

SEXTA

- 1 – O presente Protocolo vigora pelo prazo de um ano a contar da data da sua assinatura, sendo susceptível de renovação automática por iguais períodos de tempo.
- 2 – As partes podem denunciar o presente Protocolo, desde que manifestem expressamente a sua vontade, por qualquer forma escrita, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data do seu termo.

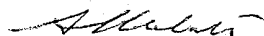
SÉTIMA

O presente Protocolo pode ser objecto de revisão sempre que se verifiquem alterações de circunstâncias, imperiosas e fundamentadas, nomeadamente as decorrentes do efectivo funcionamento do julgado de paz e de orientações e recomendações acolhidas pelo Ministério da Justiça.

Feito em duplicado,

Lisboa, aos dezanove dias do mês de Dezembro de dois mil e sete.

PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



Alberto Costa
Ministro da Justiça

PELO MUNICÍPIO DE CASTRO

VERDE



Fernando Sousa Caeiros
Presidente da Câmara Municipal

PROTOCOLO



Considerando que:

Os julgados de paz constituem uma forma inovadora de administração da Justiça dirigida aos Cidadãos e, nessa medida, subordinada aos princípios de proximidade, simplicidade e celeridade, em que se reforça a tutela efectiva dos direitos e garantias processuais;

Os julgados de paz estão vocacionados para a participação cívica e responsabilização das partes na superação dos conflitos em que intervêm, uma vez que estas podem optar pela mediação – meio não adversarial de resolução de litígios – ou pelo Julgamento pelo juiz de paz, privilegiando-se, em qualquer dos casos, a consensualidade, contribuindo-se, desta feita, decisivamente, para a almejada pacificação social;

As assinaladas características inerentes aos julgados de paz e o desenvolvimento da sua actividade assentam na estreita colaboração entre o Ministério da Justiça e o Poder Local, da qual resulta a convergência entre, respectivamente, o dever de administrar a justiça e o de interpretar e acorrer às necessidades e aspirações dos Municípios;

Os julgados de paz enquadram-se, pelas razões assinaladas, no programa do XVII Governo Constitucional, nomeadamente na política desenvolvida pelo Ministério da Justiça, no sentido de promover o acesso ao Direito e alargar a oferta do sistema de justiça a novos meios de resolução alternativa de litígios, permitindo a resolução de conflitos de forma mais célere e económica para as partes do que através da via judicial, e em simultâneo promover a desjudicialização e consequentemente o descongestionamento dos Tribunais;

Da última avaliação efectuada, relativamente ao funcionamento dos julgados de paz existentes, concluiu-se que estes são eficientes e eficazes, recomendando-se o desenvolvimento e reforço da rede dos julgados de paz com vista ao seu alargamento a todo o território nacional;

fll
+

Das conclusões apresentadas, deliberou o Conselho de Ministros através da Resolução do Conselho de Ministros nº 172/2007, criar quatro novos julgados de paz em 2007 e quatro julgados de paz em 2008;

A vontade manifestada pelo Município de Mértola em dispor de um julgado de paz, inserido no agrupamento de concelhos de Aljustrel, Ourique, Mértola, Castro Verde e Almodôvar;

O Ministério da Justiça, representado pelo Ministro da Justiça, Alberto Costa e o Município de Mértola, representado pelo seu Presidente, Jorge Pulido Valente, celebram o presente Protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

O presente Protocolo tem por objecto regular a instalação, organização e funcionamento do julgado de paz de Mértola, inserido no agrupamento de concelhos de Aljustrel, Ourique, Mértola, Castro Verde e Almodôvar, que abrange todas as freguesias do concelho, o qual ficará localizado na Vila de Mértola, a instalar oportunamente em local facultado, para o efeito, pelo Município.

SEGUNDA

Ao Ministério da Justiça, através do Gabinete de Resolução Alternativa de Litígios, compete:

- a) Proceder ao acompanhamento da instalação e funcionamento do julgado de paz;
- b) Promover a formação dos meios humanos que integram os serviços de atendimento e de apoio administrativo do julgado de paz;
- c) Suportar os encargos relativos à remuneração dos juízes de paz e deslocações em serviço;
- d) Elaborar e actualizar, nos termos da lei, a lista dos mediadores que prestam serviço no julgado de paz;
- e) Suportar os encargos decorrentes da actividade dos mediadores;
- f) Proceder ao acompanhamento pós formativo dos meios humanos;
- g) Instalar o sistema informático que permita a gestão integrada do julgado de paz;

- h) Proceder à divulgação do julgado de paz.

TERCEIRA

Compete ao Município de Mértola:

- a) Disponibilizar as respectivas instalações, compreendendo designadamente:
- Gabinete do juiz de paz e sala de audiência de julgamento;
 - Sala de pré-mediação e de mediação;
 - Sala de espera e de testemunhas;
 - Sala de atendimento e de apoio administrativo.
- b) Realizar e suportar os encargos com a execução das obras, necessárias a estas instalações, dotando-as de dignidade, privacidade, climatização e insonorização, consentâneas com a utilização que delas é feita;
- c) Dotar as instalações de mobiliário e equipamentos, incluindo o informático, assegurando, ainda, a respectiva manutenção;
- d) Dotar as instalações com os meios de segurança adequados;
- e) Fornecer os bens consumíveis e documentação técnica necessária;
- f) Suportar os encargos do abastecimento de água, fornecimento de electricidade e, bem assim, as despesas de comunicação;
- g) Assegurar a manutenção e limpeza das instalações;
- h) Disponibilizar os meios humanos para os serviços de atendimento e de apoio administrativo e suportar os encargos inerentes à sua remuneração;
- i) Facultar os meios de transporte necessários, de forma a permitir a prática do acto de citação ou notificação pessoal das partes ou outras deslocações em serviço que se revelem necessárias;
- j) Apoiar a divulgação do julgado de paz.

QUARTA

Sem prejuízo de eventuais ajustamentos ditados pelas necessidades de funcionamento do julgado de paz, é este dotado de:

- a) Um (1) juiz de paz;
- b) Os mediadores que constam da lista a que se refere o nº 1 do artigo 33º da Lei nº 78/2001, de 13 de Julho;
- c) Um (1) elemento no serviço de atendimento;

- d) Um (1) elemento no serviço de apoio administrativo, sempre que se mostre necessário.

QUINTA

O horário de atendimento e de funcionamento do julgado de paz é das 9.00 horas às 12 horas e 30 minutos, de segunda a sexta-feira.

SEXTA

- 1 – O presente Protocolo vigora pelo prazo de um ano a contar da data da sua assinatura, sendo susceptível de renovação automática por iguais períodos de tempo.
- 2 – As partes podem denunciar o presente Protocolo, desde que manifestem expressamente a sua vontade, por qualquer forma escrita, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data do seu termo.

SÉTIMA

O presente Protocolo pode ser objecto de revisão sempre que se verifiquem alterações de circunstâncias, imperiosas e fundamentadas, nomeadamente as decorrentes do efectivo funcionamento do julgado de paz e de orientações e recomendações acolhidas pelo Ministério da Justiça.

Feito em duplicado,

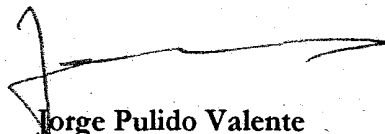
Lisboa, aos dezanove dias do mês de Dezembro de dois mil e sete.

PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



Alberto Costa
Ministro da Justiça

PELO MUNICÍPIO DE MÉRTOLA



Jorge Pulido Valente
Presidente da Câmara Municipal



PROTOCOLO

Considerando que:

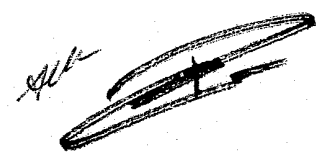
Os julgados de paz constituem uma forma inovadora de administração da Justiça dirigida aos Cidadãos e, nessa medida, subordinada aos princípios de proximidade, simplicidade e celeridade, em que se reforça a tutela efectiva dos direitos e garantias processuais;

Os julgados de paz estão vocacionados para a participação cívica e responsabilização das partes na superação dos conflitos em que intervêm, uma vez que estas podem optar pela mediação – meio não adversarial de resolução de litígios – ou pelo julgamento pelo juiz de paz, privilegiando-se, em qualquer dos casos, a consensualidade, contribuindo-se, desta feita, decisivamente, para a almejada pacificação social;

As assinaladas características inerentes aos julgados de paz e o desenvolvimento da sua actividade assentam na estreita colaboração entre o Ministério da Justiça e o Poder Local, da qual resulta a convergência entre, respectivamente, o dever de administrar a justiça e o de interpretar e acorrer às necessidades e aspirações dos Municípios;

Os julgados de paz enquadram-se, pelas razões assinaladas, no programa do XVII Governo Constitucional, nomeadamente na política desenvolvida pelo Ministério da Justiça, no sentido de promover o acesso ao Direito e alargar a oferta do sistema de justiça a novos meios de resolução alternativa de litígios, permitindo a resolução de conflitos de forma mais célere e económica para as partes do que através da via judicial, e em simultâneo promover a desjudicialização e consequentemente o descongestionamento dos Tribunais;

Da última avaliação efectuada, relativamente ao funcionamento dos julgados de paz existentes, concluiu-se que estes são eficientes e eficazes, recomendando-se o desenvolvimento e reforço da rede dos julgados de paz com vista ao seu alargamento a todo o território nacional;



Das conclusões apresentadas, deliberou o Conselho de Ministros através da Resolução do Conselho de Ministros nº 172/2007, criar quatro novos julgados de paz em 2007 e quatro julgados de paz em 2008;

A iniciativa e a vontade manifestada pelo Município de Ourique em dispor de um julgado de paz, inserido no agrupamento de concelhos de Aljustrel, Ourique, Mértola, Castro Verde e Almodôvar;

O Ministério da Justiça, representado pelo Ministro da Justiça, Alberto Costa e o Município de Ourique, representado pelo seu Presidente, Pedro do Carmo, celebram o presente Protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

O presente Protocolo tem por objecto regular a instalação, organização e funcionamento do julgado de paz de Ourique, inserido no agrupamento de concelhos de Aljustrel, Ourique, Mértola, Castro Verde e Almodôvar, que abrange todas as freguesias do concelho, o qual ficará localizado na Vila de Ourique, Rua Armação de Pêra, 2, em instalações que serão facultadas, para o efeito, pelo Município.

SEGUNDA

Ao Ministério da Justiça, através do Gabinete de Resolução Alternativa de Litígios, compete:

- a) Proceder ao acompanhamento da instalação e funcionamento do julgado de paz;
- b) Promover a formação dos meios humanos que integram os serviços de atendimento e de apoio administrativo do julgado de paz;
- c) Suportar os encargos relativos à remuneração dos juízes de paz e deslocações em serviço;
- d) Elaborar e actualizar, nos termos da lei, a lista dos mediadores que prestam serviço no julgado de paz;
- e) Suportar os encargos decorrentes da actividade dos mediadores;
- f) Proceder ao acompanhamento pós formativo dos meios humanos;
- g) Instalar o sistema informático que permita a gestão integrada do julgado de paz;
- h) Proceder à divulgação do julgado de paz.

TERCEIRA

Compete ao Município de Ourique:

- a) Disponibilizar as respectivas instalações, compreendendo designadamente:
 - Gabinete do juiz de paz;
 - Gabinete dos mediadores;
 - Sala de audiência de julgamento;
 - Sala de mediação;
 - Sala de pré-mediação;
 - Sala de testemunhas;
 - Sala de espera;
 - Sala de apoio administrativo;
 - Sala de atendimento.
- b) Realizar e suportar os encargos com a execução das obras destas instalações, dotando-as de dignidade, privacidade, climatização e insonorização, consentâneas com a utilização que delas é feita;
- c) Dotar as instalações de mobiliário e equipamentos, incluindo o informático, assegurando, ainda, a respectiva manutenção;
- d) Dotar as instalações com os meios de segurança adequados;
- e) Fornecer os bens consumíveis e documentação técnica necessária;
- f) Suportar os encargos do abastecimento de água, fornecimento de electricidade e, bem assim, as despesas de comunicação;
- g) Assegurar a manutenção e limpeza das instalações;
- h) Disponibilizar os meios humanos para os serviços de atendimento e de apoio administrativo e suportar os encargos inerentes à sua remuneração;
- i) Suportar os encargos com a aquisição de módulos ou passes de transportes públicos ou facultar o meio de transporte necessário, de forma a permitir a prática do acto de citação ou notificação pessoal das partes ou outras deslocações em serviço que se revelem necessárias;
- j) Apoiar a divulgação do julgado de paz.

QUARTA

Sem prejuízo de eventuais ajustamentos ditados pelas necessidades de funcionamento do julgado de paz, é este dotado de:

- a) Um (1) juiz de paz;
- b) Os mediadores que constam da lista a que se refere o nº 1 do artigo 33º da Lei nº 78/2001, de 13 de Julho;
- c) 1 (Um) elemento no serviço de atendimento;

d) 1 (Um) elemento no serviço de apoio administrativo.

QUINTA

1 – O horário de funcionamento do julgado de paz é das 9 horas e 30 minutos às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 17 horas e 30 minutos, de segunda a sexta-feira.

2 – O horário de atendimento do julgado de paz é das 9 horas e 30 minutos às 12 horas e 30 minutos e das 13 horas e 30 minutos às 17 horas, de segunda a sexta-feira.

SEXTA

1 – O presente Protocolo vigora pelo prazo de um ano a contar da data da sua assinatura, sendo susceptível de renovação automática por iguais períodos de tempo.

2 – As partes podem denunciar o presente Protocolo, desde que manifestem expressamente a sua vontade, por qualquer forma escrita, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data do seu termo.

SÉTIMA

O presente Protocolo pode ser objecto de revisão sempre que se verifiquem alterações de circunstâncias, imperiosas e fundamentadas, nomeadamente as decorrentes do efectivo funcionamento do julgado de paz e de orientações e recomendações acolhidas pelo Ministério da Justiça.

Feito em duplicado,

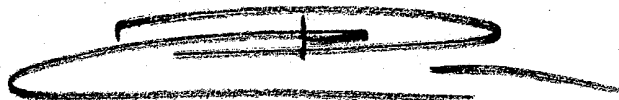
Lisboa, aos dezanove dias do mês de Dezembro de dois mil e sete.

PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



Alberto Costa
Ministro da Justiça

PELO MUNICÍPIO DE OURIQUE



Pedro do Carmo
Presidente da Câmara Municipal